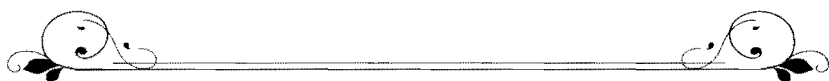


ALEX APARECIDO RAMOS FERNANDEZ

*Advogado. Mestre em Direito Processual Civil.*



# Exceção de Impedimento e Suspeição



© EDITORA CRONUS - 2018

Revisão:

Alex Aparecido Ramos Fernandez

Produção Gráfica:

IDÉE . Arte e Comunicação

# DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Fernandez, Alex Aparecido Ramos.

Exceção de Impedimento e Suspeição / Alex Aparecido Ramos  
Fernandez.

Leme: Cronus, 2018.

400p. 21cm.

Inclui bibliografia.

1. Suspeição. 2. Impedimento. I. Título.

ISBN 978-85-61544-47-8

## ÍNDICE PARA O CATÁLOGO SISTEMÁTICO

Impedimento

Suspeição

Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, a violação dos direitos autorais é punível como crime, previsto no Código Penal e na Lei de direitos autorais (Lei n. 9.610, de 19.02.1998).

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA CRONUS

Rua Rui Rocha, nº 156

Jardim Colonial Claudia

CEP: 13610-700

Leme/SP

(19) 3573-0432

[www.editoracronus.com.br](http://www.editoracronus.com.br)

[contato@editoracronus.com.br](mailto:contato@editoracronus.com.br)

115735



# SUMÁRIO

Introdução .....	11
<b>CAPÍTULO 01.</b> Justiça e a imparcialidade.....	15
<b>CAPÍTULO 02.</b> A imparcialidade nos julgamentos como direito do jurisdicionado .....	21
<b>CAPÍTULO 03.</b> A prestação da atividade jurisdicional como serviço público .....	29
<b>CAPÍTULO 04.</b> Servidor público e a condição do Juiz .....	36
<b>CAPÍTULO 05.</b> Meios dispostos ao jurisdicionado para reclamar julgamento imparcial no processo. Exceções de impedimento e suspeição.....	40
<b>CAPÍTULO 06.</b> A natureza jurídica das exceções de impedimento e suspeição.....	46
<b>CAPÍTULO 07.</b> A qualidade de parte do juiz na exceção .....	59
<b>CAPÍTULO 08.</b> Distinções entre impedimento e suspeição.....	64
<b>CAPÍTULO 09.</b> Efeitos processuais da arguição da exceção de impedimento e suspeição .....	70
9.1. Suspensão do processo .....	73
9.2. Nulidades: relativa e absoluta do processo. Ineficácia dos atos .....	76
<b>CAPÍTULO 10.</b> A impossibilidade de o juiz recusado julgar a própria exceção. Supremo Tribunal Federal, questão lacunosa.....	89

<b>CAPÍTULO 11. O julgamento das exceções no primeiro grau da Justiça do Trabalho (Abuso Jurisdicional Grávíssimo).....</b>	<b>98</b>
<b>CAPÍTULO 12. Conflitos de poderes: de o Juiz recusado permanecer no processo e do jurisdicionado afastar o Juiz parcial. Prevalência do direito do jurisdicionado .....</b>	<b>112</b>
<b>CAPÍTULO 13. Situações em que o Juiz está impedido de julgar ....</b>	<b>116</b>
13.1. No Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015) .....	117
13.2. No Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941).....	118
13.3. Na Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943) .....	119
13.4. No Código de Processo Penal Militar (Decreto-Lei nº 1.002, de 21 de outubro de 1969) .....	120
13.5. No Processo Eleitoral (Código Eleitoral, Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965) .....	120
13.6. Na Lei Orgânica da Magistratura .....	121
13.7. No Conselho Nacional de Justiça .....	121
13.8. Nos Regimentos dos Tribunais.....	122
13.9. Justiça Desportiva .....	122
<b>CAPÍTULO 14. Comparações entre as leis sobre as causas de impedimento .....</b>	<b>124</b>
14.1. Juiz parte .....	124
14.2. Procurador ou mandatário da parte .....	127
14.3. Ter atuado como membro do Ministério Público.....	129
14.4. Ter atuado como perito no processo.....	131
14.5. Quando o Juiz prestou depoimento como testemunha no mesmo processo.....	134
14.6. Tenha proferido julgamento em outro grau de jurisdição ....	135
14.7. Quando no processo estiver postulando, como defensor público, advogado da parte, membro do Ministério Público, o seu cônjuge ou companheiro, qualquer parente consanguíneo e afim, em linha reta; ou na linha colateral até terceiro grau inclusive .....	145
14.8. Juiz parte, cônjuge e parente da parte até terceiro grau ....	154
14.9. Parentesco do Juiz nos Órgãos Colegiados.....	156

14.10. Quando o Juiz for sócio ou membro de direção ou de administração de pessoa jurídica parte no processo .....	159
14.11. Juiz herdeiro presuntivo, donatário ou empregador de qualquer das partes.....	161
14.12. Juiz empregado ou prestador de serviços em que figure como parte instituição de ensino com a qual tenha relação de emprego ou decorrente de contrato de prestação de serviços .....	165
14.13. Juiz impedido quando figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até terceiro grau, inclusive, mesmo que patrocinado por advogado de outro escritório .....	166
14.14. Quando o Juiz mover ação contra a parte ou seu advogado .....	168
14.15. Autoridade policial ou auxiliar da justiça.....	168
<b>CAPÍTULO 15. Situações em que o juiz é suspeito para julgar.....</b>	<b>170</b>
15.1. Suspeição no Código de Processo Civil .....	173
15.2. Suspeição no Código de Processo Penal .....	173
15.3. Suspeição na Consolidação das Leis do Trabalho .....	174
15.4. Código de Processo Penal Militar .....	174
15.5. Suspeição no Processo Eleitoral .....	175
15.6. Suspeição na Lei Orgânica da Magistratura Nacional (Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979) .....	176
<b>CAPÍTULO 16. Comparações entre as leis sobre as causas de suspeição.....</b>	<b>178</b>
16.1. Juiz amigo íntimo da parte.....	178
16.2. Juiz inimigo da parte.....	182
16.3. Juiz credor ou devedor da parte de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau .....	186
16.4. Juiz que recebe dádivas/presentes de interessados na causa antes ou depois de iniciado o processo .....	189
16.5. Juiz que aconselha as partes.....	191
16.6. Juiz que subministra meios para atender as despesas do litígio.....	194
16.7. Juiz que tem interesse no litígio em favor de qualquer das partes .....	196

16.8. Juiz tutor ou curador de qualquer das partes .....	201
16.9. Juiz, seu cônjuge, ascendente ou descendente, estiver respondendo a processo por fato análogo, sobre cujo caráter criminoso haja controvérsia .....	203
16.10. Juiz que deu parte oficial do crime .....	203
16.11. Motivo íntimo do Juiz .....	205
16.12. Manifestação do Juiz antes de julgar a causa .....	210
16.13. Juiz amigo íntimo ou inimigo dos advogados das partes ...	214
<b>CAPÍTULO 17. Síntese das causas de impedimento e suspeição previstas em lei. As hipóteses de impedimento e suspeição se aplicam em todos os processos.....</b>	<b>219</b>
17.1. Impedimento do Juiz .....	219
17.2. Suspeição do Juiz.....	221
17.3. As hipóteses de impedimento e suspeição se aplicam em todos os processos .....	222
<b>CAPÍTULO 18. As causas de impedimento e suspeição da lei não podem ser taxativas.....</b>	<b>225</b>
<b>CAPÍTULO 19. Espécies de vícios processuais que provocam as causas de impedimento e de suspeição. Hipóteses que juridicamente se equiparam. Necessidade de simplificação da legislação .....</b>	<b>229</b>
<b>CAPÍTULO 20. A imunidade do advogado ou da parte para arguir a exceção .....</b>	<b>233</b>
<b>CAPÍTULO 21. A imunidade do Juiz para responder a exceção.....</b>	<b>249</b>
<b>CAPÍTULO 22. As exceções de impedimento e suspeição nos Tribunais.....</b>	<b>251</b>
22.1. As exceções de impedimento e suspeição no Supremo Tribunal Federal (STF) .....	251
22.2. As exceções de impedimento e suspeição no Superior Tribunal de Justiça (STJ) .....	261
22.3. Tribunal Superior do Trabalho (TST) .....	265
22.4. Superior Tribunal Militar (STM) .....	267
22.5. Tribunal Superior Eleitoral (TSE).....	272
22.6. Tribunais de Justiça Estaduais.....	277

22.7. Tribunais Regionais Federais.....	282
22.8. Nos Tribunais Regionais do Trabalho .....	285
<b>CAPÍTULO 23.</b> Onde o Estado ou o Ministério Público é parte. Imparcialidade. Será possível? .....	288
<b>CAPÍTULO 24.</b> Responsabilidade pessoal do Juiz impedido ou suspeito .....	293
<b>CAPÍTULO 25.</b> Exceção de impedimento e suspeição dos agentes do Ministério Público e dos demais auxiliares da justiça .....	309
25.1. Ministério Público .....	309
25.2. Testemunhas .....	313
25.3. Perito .....	318
25.4. O oficial de justiça; o escrivão; o depositário, o intérprete e demais auxiliares da justiça .....	323
<b>CAPÍTULO 26.</b> Exceção de impedimento e suspeição na arbi- tragem .....	324
<b>CAPÍTULO 27.</b> Exceção de impedimento e suspeição nas questões públicas administrativas.....	326
<b>CAPÍTULO 28.</b> A imparcialidade do juízo nos Tribunais Inter- nacionais .....	327
<b>CAPÍTULO 29.</b> Algumas observações sobre exceção de impedi- mento e suspeição no Direito estrangeiro .....	348
<b>CAPÍTULO 30.</b> Imparcialidade nas Comissões Parlamentares de Inquerito (CPI) ou (CPIM) e no julgamento de <i>impeachment</i> e nos julgamentos internos das casas legislativas (Comissões)....	383
<b>CAPÍTULO 31.</b> A definição objetiva do impedimento e da sus- peição .....	388
<b>CAPÍTULO 32.</b> Conclusão .....	389
Bibliografia .....	393